

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/AGENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.022/2024

UASG 200356

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 79.283.065/0009-07, com sede na PRQ Jonas Ramos, n. 209, Centro, Lages/SC, CEP 88.502-224, vem, tempestivamente, por meio de sua representante legal, com fundamento no § 4º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **EURO SERVICE LTDA**, forte nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, importante salientar a tempestividade das presentes Contrarrazões, porquanto interpostas no prazo de 03 dias úteis, contados do fim do prazo de apresentação das razões de recurso em 18/11/2024, com termo final das contrarrazões para o dia 22/11/2024, de acordo com o item 8.7 do Instrumento Convocatório, vejamos:

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Portanto, tempestivas as contrarrazões ora apresentadas, postulando-se pelo seu recebimento, conhecimento e total deferimento, em razão das alegações abaixo exaradas.

II – DOS FATOS

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Comissão Permanente de Licitações, instaurou processo licitatório na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, nº 90.022/2024, destinado à “*contratação de serviços de empresa especializada para **prestação de serviços de apoio administrativo**, com supervisor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos*”.

Aberta a sessão pública na data determinada, e após o regular transcurso da fase de análise das propostas, lances e habilitação, respeitadas todas as etapas pertinentes ao certame, e depois da desclassificação de algumas empresas, até então melhor classificadas, foi declarada vencedora do certame, na data de 12/11/2024, a empresa ORBENK – ora Recorrida -, tendo sido aceitos os documentos de habilitação e planilhas de formação de preço, posto que atendiam plenamente às exigências do edital.

Por conseguinte, foi aberto o prazo para manifestação da intenção de recurso, de modo que a Recorrente **EURO SERVICE** assim o fez, uma vez que inconformada com a classificação da Recorrida Orbenk Administração, tendo sido aberto o prazo regulamentar para interposição das razões recursais.

Findo o prazo recursal, com a apresentação do recurso, foi aberto o prazo para que a Recorrida Orbenk Administração apresentasse as suas Contrarrazões ao Recurso.

Por conseguinte, conforme se verá a seguir, razão não assiste à Recorrente, já que a Recorrida atendeu a todos os requisitos do Instrumento Convocatório, sendo **sua proposta de preços plenamente exequível**, respeitando a legislação vigente, sendo

totalmente descabidos os pedidos de modificação da decisão do Douto Pregoeiro/Agente de Contratação, que declarou vencedora do certame a Recorrida Orbenk Administração e Serviços – Filial Lages.

III – DO MÉRITO

A – DO CARÁTER INSTRUMENTAL DA PLANILHA DE CUSTOS E DO ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

Urge observar que, segundo o entendimento pacífico da Corte de Contas da União, a planilha de preços tem caráter instrumental, sendo que eventual erro é de ampla e exclusiva responsabilidade do licitante, que deve arcar com os custos da execução contratual:

“(…)52.Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário” (grifo nosso)

“Determinação para que se ABSTENHA, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DE CONSIDERAR ERROS OU OMISSÕES NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PREVISTA NA IN/SLTI-MP Nº 02/2008 COMO CRITÉRIO ÚNICO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES, EM RAZÃO DO **CARÁTER INSTRUMENTAL DA PLANILHA DE PREÇOS**, DO DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI 8.666/93 e da jurisprudência do TCU”(Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P e 1.179/2008-P e Acórdão nº 4.621/2009-2ª C) (item 1.5.1.3, TC -005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009- Plenário). (grifos nossos)

Não obstante, salienta-se ainda que o critério de julgamento dessa licitação, prevista no preâmbulo do edital, é pelo menor preço por grupo, assim como consta também do Termo de Referência, no item 8.1, que a forma de seleção do fornecedor e o

critério de julgamento da proposta será o de MENOR PREÇO, o que impossibilita a desclassificação da Recorrida em razão de rubricas isoladas.

Não obstante, o edital menciona, no item 6.8 e seus subitens, que no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas, valores ofertados que sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, vejamos:

6.8.	No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
6.8.1.	A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
6.8.1.1.	que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
6.8.1.2.	inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
6.9.	Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Nessa senda, tem-se que a proposta da Recorrida não se enquadra em nenhuma das hipóteses constantes do item 6.8 do edital, já que o valor máximo estimado da licitação era de R\$ 25.429.757,50 (para 30 meses) e o lance final da Recorrida Orbenk foi na importância de R\$ 20.962.962,90 (vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), razão pela qual a sua desclassificação seria irregular.

Veja-se, Ilustre Agente de Contratação, que só haveria INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE caso a proposta ofertada pela Recorrida fosse no valor de R\$ 12.714.878,75 (doze milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos), que é o equivalente a 50% do valor máximo estimado pela Administração.

Como se depreende da leitura dos itens acima, tem-se que a proposta da Recorrida não é inferior a 50% do valor orçado pela Administração, razão esta que, por si só, desqualifica todas as alegações feitas pela Recorrente Euro Service, no que tange à alusão de inexecuibilidade do valor ofertado por esta Recorrida em razão da fixação de lucro negativo ou de eventual erro quanto à alíquota do ISSQN na cidade do

Rio de Janeiro.

De outra banda, **FAZ-SE NECESSÁRIO QUE SEJA OBSERVADO O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE**, que norteia os processos licitatórios na modalidade de pregão, **pelo qual deve a Administração primar pela seleção da proposta mais vantajosa ao erário**, que, no caso em análise, é a da Recorrida Orbenk - R\$ 20.962.962,90 (vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), **a qual é R\$ 428.040,60 (quatrocentos e vinte e oito mil e quarenta reais e sessenta centavos) por 30 meses, MAIS VANTAJOSA para a Contratante DO QUE A DA RECORRENTE EURO SERVICE, e é R\$ 132.423,82 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos) mais vantajosa do que a SEGUNDA COLOCADA**, a empresa Super Nova Serviços Gerais Ltda.

Assim, tem-se que a seleção da melhor proposta **implica não apenas no melhor preço, como também na seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto (art. 11, inciso I da Lei 14.133), que é o caso da proposta da Recorrida Orbenk.**

Por conseguinte, o referido edital tem como principal objetivo a busca do menor preço para atender ao interesse público, **reverenciando o princípio da vantajosidade**, percebendo-se que tal princípio, determinado no artigo 5º da Lei das Licitações, **transparece essencialmente a busca por uma contratação que seja tanto economicamente mais privilegiada – menor gasto de dinheiro público – quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto.**

Tal conceituação também pode ser assim traduzida – **A ADMINISTRAÇÃO DEVE FAZER MAIS POR MENOS**, detém fito econômico valendo as ponderações de Marçal Justen:

Na maior parte dos casos, os contratos administrativos são um meio para a Administração Pública ou aprovisionar-se de bens e serviços mediante pagamento ou desfazer-se de bens ou serviços. LOGO, TODA E QUALQUER CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA ENVOLVE UMA SOLUÇÃO QUANTO AO USO DE RECURSOS ESCASSOS DE TITULARIDADE DE UM

SUJEITO ADMINISTRATIVO. Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais eficiente para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade. Portanto e como regra, a licitação visa a obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração. 6.1.) A contratação e os custos para a Administração. Como em regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos para terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante, não poderá ser utilizado para promover outras atividades. **POR ISSO, EXISTE O DEVER DE A ADMINISTRAÇÃO DESEMBOLSAR O MENOR VALOR POSSÍVEL PARA OBTER UMA PRESTAÇÃO** porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. 6.2.) **A conceituação da Vantajosidade A VANTAGEM CARACTERIZA-SE COMO A ADEQUAÇÃO DO INTERESSE COLETIVO POR VIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. A MAIOR VANTAGEM POSSÍVEL CONFIGURA-SE PELA CONJUGAÇÃO DE DOIS ASPECTOS INTER-RELACIONADOS.** Um dos ângulos relaciona-se com a prestação de ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. **A MAIOR VANTAGEM APRESENTA-SE QUANDO A ADMINISTRAÇÃO ASSUMIR O DEVER DE REALIZAR A PRESTAÇÃO MENOS ONEROSA E O PARTICULAR A SE OBRIGAR A REALIZAR A MELHOR E MAIS COMPLETA PRESTAÇÃO. CONFIGURA-SE, PORTANTO, UMA RELAÇÃO CUSTOBENEFÍCIO.** A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 15ª Ed. Dialética p.61) E arremata abordando o conceito de economicidade: “Economicidade significa o dever de eficiência. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos. Toda atividade administrativa envolve uma relação sujeitável a enfoque de custo-benefício. O desenvolvimento da atividade implica produção de custos em diversos níveis. Assim, há custos relacionados com o tempo, com a mão-de-obra etc. (...) Como regra, a seleção da alternativa far-se-á em face dos benefícios potenciais de natureza econômica e dos riscos envolvidos. Quanto maiores os benefícios econômicos que poderão advir de uma certa solução, tanto mais intenso será o dever de adotá-la. (grifamos)

De tal sorte, em atendimento ao citado princípio, a realização do certame licitatório deve ser norteadada, dentre outros objetivos, pela busca da vantajosidade das propostas, **bem como deve ser processada de modo vinculado aos Princípios da Economicidade, da Eficiência Administrativa e da Competividade.**

DESTE MODO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM IRREGULARIDADES NA PROPOSTA DE PREÇOS DA RECORRIDA, DEVENDO SER MANTIDA A

DECISÃO DE CLASSIFICAÇÃO DA SUA PROPOSTA.

Por fim, mas não menos importante, tem-se que **NO ENTENDIMENTO DO TCU, A EXCLUSÃO DO CERTAME DE PROPOSTA PASSÍVEL DE DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE CONSTITUI FALTA GRAVE**, visto que os **FATORES EXTERNOS QUE ONERAM A PRODUÇÃO INCIDEM DE MANEIRA DIFERENTE SOB CADA EMPRESA**, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

18. Não bastasse essa grave falha, verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexecuibilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexecuibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, é **perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos – como infraestrutura, pessoal etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços**. Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimativa da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às da empresa que atua no ramo.

19. Em vista dessas ocorrências, restou prejudicado o contratante que poderia ter obtido melhor preço e, consequentemente, uma proposta mais vantajosa. (Acórdão 1.248/2009 Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti). (grifamos)

Também é amparada a previsão de ajuste das planilhas junto à jurisprudência dos órgãos de controle externo – TCU:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário). (grifamos)

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário). (grifamos)

Nesse interim, cumpre salientar que a Recorrida é empresa idônea, sendo Filial da empresa Orbenk Administração e Serviços, integrante do GRUPO Orbenk, o qual possui mais de 38 anos de atuação, empregando atualmente um total de mais de 29.000 funcionários nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Conforme demonstrado na fase de habilitação, a empresa possui em sua carteira de clientes centenas de órgãos públicos, logrando êxito, SEMPRE, no cumprimento de suas obrigações contratuais, trabalhistas, tributárias, ambientais entre outras decorrentes da legislação federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, a história da Orbenk foi construída com três elementos essenciais, quais sejam: TRABALHO, SUOR E SERIEDADE. Não há espaço para aventuras licitatórias, caso contrário a empresa não estaria há tanto tempo no mercado, prestando serviços com excelência e dedicação.

De tal sorte que as arguições da Recorrente não atingiram o condão de afastar a inequívoca EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRIDA.

Isso porque, para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade de preços nas seguintes situações:

[...] **A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores**, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202). (grifamos)

Infere-se assim que A PROPOSTA VENCEDORA, PARA TER INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE, deve apresentar preços excessivamente baixos ou simbólicos, EM CONDIÇÕES IRREALIZÁVEIS DE EXECUÇÃO.

No entanto, a própria lei também é clara ao prever que é direito da Licitante demonstrar a exequibilidade da proposta apresentada, conforme estabelece o artigo 59, § 2º da Lei nº 14.133/21:

Art. 59. Serão **desclassificadas as propostas que:**

I - **contiverem vícios insanáveis;**

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo. (grifamos)

No entendimento do renomado doutrinador Marçal Justen Filho, **mesmo que verificada a suposta inexequibilidade, ainda assim é concedido à licitante vencedora a oportunidade de provar a viabilidade do valor proposto**, vejamos:

Como é vedada licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. **Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta.** Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexequível a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto (JUSTEN FILHO, 2010, p. 609). (grifamos)

Sobre o tema, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a interpretação do dispositivo não seja rígida, literal e absoluta, de forma que a **presunção de inexequibilidade deve ser relativa, oportunizando ao licitante a demonstração de exequibilidade da sua proposta.**

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à

Administração Pública, de maneira que a inexecuibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. **Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecuibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecuibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível.** 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. [...] a vencedora do certame “demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade”. [...] (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010). (grifamos)

Nesta esteira, resta demonstrado que, a partir das diligências realizadas por esta Douta Administração, a Recorrida pode demonstrar a exequibilidade de sua proposta, não havendo mais resquícios de dúvidas acerca da possibilidade de o serviço ser executado pelo valor proposto por esta empresa, levando-se sempre em conta a realidade econômica e financeira da empresa, sua inserção no mercado e estratégias de gestão, o que desde já se requer.

Em outra monta, necessário seja observado o princípio da economicidade que norteia os processos licitatórios na modalidade de pregão, pelo qual deve a Administração primar pela seleção da proposta mais vantajosa ao erário, razão pela qual não há que se falar em irregularidades na proposta de preços da Recorrida que culminem na sua desclassificação, devendo ser mantida a decisão de classificação da proposta da empresa no Pregão Eletrônico nº 90.022/2024.

B - DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA EM RAZÃO DE LUCRO NEGATIVO

Aduz também a Recorrente que a proposta da Recorrida deve ser desclassificada, uma vez que a empresa utilizou lucro negativo de -3,81% sendo vedada tal prática. Afirmar ainda que a taxa negativa do lucro implicaria na subtração deste

percentual em todas as rubricas dos encargos sociais, individualmente.

No entanto, razão não assiste à Recorrente.

Nos termos do que asseverado pelo relator do Acórdão 325/2007-Plenário do Tribunal de Contas da União, **as despesas relativas ao lucro e taxa de administração estão estritamente vinculadas a realidade da empresa**, inclusive do seu nível de agressividade, suas pretensões de mercado, formação de fluxo de caixa e outras circunstâncias:

Dependendo da escolha da estratégia comercial, **a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato** ... As motivações para perseguir o sucesso em uma licitação em detrimento da remuneração possível pela execução da obra variam: **a empresa pode estar interessada na obra específica por sinergia com suas atuais atividades; pode haver interesse em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado ...; pode haver interesse em incrementar o portfolio de execução de obras da empresa; pode haver interesse na formação de um novo fluxo de caixa advindo do contrato** ... Esses exemplos podem traduzir ganhos indiretos atuais para empresa ou mesmo ganho futuro, na ótica de longo prazo para o mercado. Assim, é possível que empresas atuem com margem de lucro mínima em propostas para concorrer nas contratações ..., desde que bem estimados os custos diretos e indiretos. (grifamos)

Por fim, destacou o relator, **“não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas”, de forma que “atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta.”**.

Nesse mesmo sentido outros julgados da Corte de Contas da União em que se afasta a aplicação de critérios mínimos relativos ao lucro ou taxa de administração, afastando igualmente o gerenciamento das referidas rubricas por parte da Administração Pública:

A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecução, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexecução deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 3092/2014-Plenário Data da sessão

12/11/2014 –Relator BRUNO DANTAS

Em licitações para operacionalização de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível, não se deve proibir o oferecimento de proposta de preço com taxa de administração zero ou negativa. Entretanto, em cada caso, deve ser avaliado se a proposta com taxa de administração negativa ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital. (Acórdão Acórdão 2004/2018-Primeira Câmara Data da sessão 13/03/2018 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Importante destacar, contudo, que não cumpre ao TCU estipular percentuais fixos para cada item que compõe a taxa de BDI, ignorando as peculiaridades da estrutura gerencial de cada empresa que contrata com a Administração Pública. O papel da Corte de Contas é impedir que sejam pagos valores abusivos ou injustificadamente elevados e por isso é importante obter valores de referência, mas pela própria logística das empresas é natural que ocorram certas flutuações de valores nas previsões das despesas indiretas e da margem de lucro a ser obtida." (Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário)

REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO.

1. **Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário).** 2. A desclassificação de proposta por inexecução deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário) (Grifamos)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e, diante das razões expostas pelo relator, em: 9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; 9.2. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul de que proibição do oferecimento de proposta com taxa de administração zero ou negativa contida nos itens 8.3.1 do Pregão Eletrônico 2/2018 e 2.3 do respectivo termo de referência contraria o entendimento desta Corte de Contas de que, em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital (Decisão 38/1996 - Plenário e Acórdão 1556/2014 - Segunda Câmara); 9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; 9.4. arquivar estes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU. (ACÓRDÃO Nº 2004/2018 – TCU – 1ª Câmara)

No caso, considerando que a taxa de administração e de lucro se destina para custos de operacionalização do contrato, porquanto, de gerência do particular, nada mais justo do que considerar a sua estrutura operacional já existente quando da apresentação do preço para a Administração Pública.

Do exposto, a empresa Recorrida Orbenk age da forma mais honesta e sincera possível, quando repassa para a Administração Pública justamente os custos reais de operacionalização. Se diferente fosse, estaria cobrando a mais, em outras palavras, convertendo a taxa de administração em lucro, o que é ilegal.

De mais a mais, os valores previstos em planilha estão de acordo com a realidade da empresa, sendo que a Orbenk se compromete a executar o objeto da presente contratação, informando que sua planilha de custos contempla todas as despesas necessárias, inclusive despesas relativas à mão de obra, insumos e encargos e despesas de administração do contrato.

Assim, **responsabilizamo-nos por nossa composição, consoante orienta o Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 963/2004 - Plenário - Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P e 1.179/2008-P e Acórdão nº 4.621/2009-2ª C) (item 1.5.1.3, TC -005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009- Plenário).**

Nesse sentir, **cumprе salientar que a Lei da Liberdade Econômica, em seu art. 3º, prevê a PRESUNÇÃO DE BOA FÉ e a preservação da AUTONOMIA PRIVADA, como direitos a serem observados no exercício de suas atividades, vejamos:**

Art. 3º. São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal: (...);
V - gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;

Dito isso, não há que se falar em inexecuibilidade da proposta. A Administração Pública não pode e não deve interferir no planejamento e gestão das empresas, pelos quais as entidades privadas otimizam seus custos e processos, sob pena

de atrair para si um custo que não lhe cabe, onerando indevidamente o Erário Público.

Tal entendimento foi perfectibilizado no Acórdão n. 947/2010 do **Tribunal de Contas da União**, que **determinou que a Administração se abstenha de praticar ingerência sobre os custos privados** e de estabelecer requisitos imprecisos que impliquem em benefício que não possa ser usufruído:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 13.05.2010, S. 1, p. 109. **Ementa: determinação ao Banco do Brasil S.A. para que, nas contratações para serviços de TI: (...) e) abstenha-se, em atendimento ao art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e aos princípios da impessoalidade e da moralidade, de incluir no termo de referência, inclusive em contratos mensurados e pagos por resultados, quaisquer elementos que possam caracterizar ingerência indevida do ente público na administração de empresa privada, a exemplos dos seguintes: e.1) estabelecimento de jornada detalhada (p.ex. definir o horário de intervalo do trabalhador e não o período de disponibilidade do serviço); e.2) submissão de trabalhador a teste de conhecimento, competências e habilidades e a sua substituição com base nesse teste; e.3) estabelecimento de cronograma de treinamento e a consideração desse treinamento como horas trabalhadas; e.4) ressarcimento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem em condições equivalentes às dos empregados do próprio Banco; f) abstenha-se, em atendimento ao art. 3º, II, da Lei nº 10.520/2002, de estabelecer requisitos imprecisos que prejudiquem a formulação de propostas ou que impliquem em custos cujo benefício possa não ser usufruído, a exemplo da previsão de possibilidade de solicitação de infraestrutura, a critério do contratante (item 9.3, TC-024.761/2009-3, Acórdão nº 947/2010-Plenário).** (grifamos)

Cumpramos ressaltar que **foram cotados todos os custos** relativos à mão de obra a ser empregada na consecução dos serviços objeto da presente licitação, motivo pelo qual **não assiste razão ao pedido de desclassificação da proposta da empresa Recorrida ORBENK.**

Neste sentido, faz-se necessária também a observância do princípio da economicidade que norteia os processos licitatórios na modalidade de pregão, **pelo qual deve a Administração primar pela seleção da proposta mais vantajosa ao Erário Público.**

Consoante já explicitado, **é farta a jurisprudência do TCU no sentido de afastar a desclassificação de licitantes em razão do preço ofertado,** a exemplo, citamos a Decisão nº 472/95 – Plenário, Ata nº 42/95:

Voto do Ministro Relator (...) - Assim, a interpretação a aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configuração tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade. Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 3.555/2000, no sentido de que “as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifamos)

Assim, **deve ser mantida a decisão que declarou vencedora a proposta de preços da Recorrida Orbenk**, visto que além de mais benéfica para a Administração Pública, **INEXISTE QUALQUER IRREGULARIDADE CAPAZ DE MACULAR SUA LEGALIDADE E EXEQUIBILIDADE**, devendo o Recurso da empresa Recorrente ser julgado improcedente, o que se requer desde já.

Alternativamente, caso seja superada a alegação de inexistência de irregularidades nas planilhas da Recorrida, o que se acredita apenas para fins argumentativos, requer-se, desde já, que lhe seja aberto prazo para eventual ajuste e correção da planilha, conforme previsão legal e do próprio edital, para que a empresa possa demonstrar a exequibilidade da proposta, visto a necessidade de prevalência da legalidade, pela qual deve ser mantida a sua classificação, ainda que seja necessária a realização de ajustes.

C - DO TOTAL CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRAS

No que tange aos documentos de habilitação, a Recorrente aduz que a Recorrida desatendeu aos itens 8.3.3 alínea “c” e “g”, uma vez que teria apresentado o balanço patrimonial e os índices contábeis da Orbenk Matriz, ao invés dos documentos

da Orbenk Filial Lages.

Vejamos assim quais são as exigências editalícias que supostamente a Recorrida não teria atendido:

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

g) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

No entanto, da análise dos documentos da Recorrida, tem-se que a empresa apresentou os balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais, assim como apresentou os memoriais dos cálculos referentes aos índices econômicos e também, comprovou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido dentro dos percentuais exigidos.

A irresignação da Recorrente consiste, basicamente, no fato de que esses documentos são da Orbenk Administração e Serviços Ltda Matriz, e não da Filial de Lages, que foi a licitante participante do Pregão.

Ocorre que tal alegação inclusive demonstra a ausência de conhecimento técnico da empresa Recorrente acerca dos documentos necessários e existentes para comprovar a regularidade de empresas em licitações, quando elas não são a matriz.

Isso porque, não há um balanço patrimonial específico para cada filial de uma empresa, assim como não há uma certidão negativa de débitos federal, um

contrato social, uma certidão negativa de falência e recuperação judicial no CNPJ de apenas uma filial, já que são expedidos tão somente referente ao CNPJ da empresa Matriz, isso porque, filial e matriz são a mesma pessoa jurídica e englobam as condições da empresa como um todo, já que correspondem a uma única unidade.

Portanto, tais documentos, ainda que estejam no CNPJ da matriz, são suficientes para comprovar a situação da pessoa jurídica, incluindo as filiais, razão pela qual não há qualquer irregularidade quanto aos documentos de habilitação econômico-financeira apresentadas pela Recorrida.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou diversas vezes sobre o assunto. Sempre trazendo de forma clara a possibilidade de utilizar certos documentos da matriz, no caso de participação da filial.

Entre os julgados, relacionamos alguns para elucidação:

“Deve o ato convocatório disciplinar a forma de apresentar a documentação. Exige-se usualmente quanto aos documentos que:

estejam em nome do licitante, preferencialmente com o número do CNPJ (MF) e endereço respectivos, observado o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome 461 da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;

c) na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

d) atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica possam ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante;” (Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 461)

Outro:

“Destaca-se, ainda, que há certos tributos, especialmente em relação ao INSS e ao FGTS, cuja arrecadação pode ser feita de forma centralizada, abrangendo, portanto, matriz e filiais. Se assim o for, tais certidões, mesmo as apresentadas pelas filiais, são expedidas em nome da matriz, sem que nisto haja qualquer ilegalidade. [...]

Pelo exposto, tanto a matriz, quanto a filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação.” (TCU. Acórdão nº 3056/2008 – Plenário)

Sendo assim, requer-se o indeferimento do pedido de inabilitação da empresa Orbenk – Filial Lages, posto que a licitante atendeu à todas as exigências de habilitação do Edital.

D – DO CUMPRIMENTO DA RESERVA DE VAGAS PARA PCDs

A Lei nº 14.133/2021 ao delimitar a possibilidade de exigir na fase de habilitação **declaração das licitantes de que fazem reserva de cargos**, teve o condão de estimular o cumprimento da função social do contrato a ser firmado e não de inviabilizar a participação de empresa nos processos licitatórios, **tanto é assim, que a exigência é para declaração de reserva de vagas e não preenchimento da cota prevista em lei**. Vejamos:

Art. 63. Na **fase de habilitação** das licitações serão observadas as seguintes disposições:

...

IV - será exigida do licitante **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Grifamos)

Com efeito o lúcido e esclarecido Pregoeiro e sua Equipe de Apoio não precisam que seja esclarecido que a palavra **reserva** remete ao ato de “**guardar**” ou “**deixar conservada**” vaga para determinado tipo de candidato, o que obviamente não se aplica a recorrente, motivo pelo qual foi necessário transcrever o significado para que não restem dúvidas sobre a finalidade do legislador, posto que se fosse outro, teria a redação da lei especificado de forma clara e precisa a necessidade de preenchimento de cotas, para o qual deveria ser exigido a declaração emitida pelo Ministério do Trabalho

e Emprego **e não a simples declaração emitida por cada licitante.**

Até porque se outro fosse o entendimento, a regra esbarraria nas regras previstas no art. 37 da Constituição Federal, configurando a inconstitucionalidade da Lei de Licitações, posto que o Carta Magna delimita a necessidade de assegurar a igualdade entre os licitantes, e que somente podem ser permitidas exigências de habilitação indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifamos)

A reserva de vagas efetivamente compete às empresas licitantes, mas o preenchimento da cota não pode a elas ser atribuída, visto que vários fatores influenciam no cumprimento da regra legal, e muitas vezes são indiferentes as ações das empresas, como por exemplo, possuir candidatos que preenchem os requisitos das vagas disponíveis no mercado.

O que compete às licitantes e empresas contratantes obrigadas ao cumprimento da regra legal, é demonstrar que envidou todos os esforços necessários para o preenchimento das vagas, não dependendo de ação única e exclusiva da empresa/licitante o preenchimento do percentual de cota estabelecido em lei.

Tanto é assim, que a jurisprudência é pacífica nesse sentido:

COTA DE VAGAS DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD). DESCUMPRIMENTO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. A Lei nº 8.213/1991 incluiu, entre as estratégias de política pública de promoção da cidadania das PCDs, a obrigação do empregador com mais de cem empregados de destinar de 2% a 5% de seus cargos para pessoas reabilitadas ou com deficiência habilitadas. **Contudo, não se deve punir o empregador por seu descumprimento quando há prova de sua postura forte, proativa e contínua de enfrentamento do déficit no preenchimento das respectivas vagas.** (TRT12 - AP - 0000723-14.2017.5.12.0018 , Rel. MARI ELEDIA MIGLIORINI , 5ª Câmara , Data de Assinatura: 20/08/2020) (TRT-12 -

AP: 00007231420175120018 SC, Relator: MARI ELEDA MIGLIORINI, Data de Julgamento: 04/08/2020, Gab. Des.a. Mari Eleda Migliorini) (*Grifamos*)

AUTO DE INFRAÇÃO. ARTIGO 93 DA LEI 8.213/91. NÃO PREENCHIMENTO DA COTA DE CONTRATAÇÃO DE PCD POR FALTA DE PROFISSIONAIS REABILITADOS. DILIGÊNCIAS SUFICIENTES DA EMPRESA. MULTA AFASTADA. Trilhando precedente desta Turma, tem-se por demonstrado à saciedade que a empresa recorrida envidou esforços suficientes para contratar pessoas portadoras de necessidades especiais, não tendo alcançado êxito em atingir a cota de PcD por circunstâncias alheias à sua vontade, o que afasta a validade do auto infracional e a multa dele decorrente. Recurso da União não provido. (TRT-7 - ROT: 00012326320195070001 CE, Relator: EMMANUEL TEOFILO FURTADO, 2ª Turma, Data de Publicação: 24/05/2021) (*Grifamos*)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei aos portadores de deficiência ou reabilitados quando a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade. Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a sentença que absolvera a reclamada da obrigação de fazer, consistente no preenchimento de vagas de postos de trabalho para deficientes, ao fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93 da Lei 8.213/1991, em face da insuficiência de candidatos, acrescentando que não se evidencia conduta recalcitrante ou deliberada da empresa no sentido de furtrar-se ao cumprimento da norma legal. Conclusão fática diversa somente seria possível mediante o revolvimento do conteúdo fático-probatório produzido nos autos, procedimento vedado nesta fase processual, diante do óbice da Súmula 126/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. Trata-se de ação pública civil proposta pelo Ministério Público do Trabalho que requer a condenação da reclamada em danos morais coletivos em razão do não cumprimento integral do previsto no art. 93 da Lei 8.213/1991. O Tribunal Regional manteve a sentença que indeferira o pedido sob o fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93 da Lei 8.213/91, em face da insuficiência de candidatos, de modo que não se mostra possível atribuir-se à empresa conduta deliberada de recusa à contratação de trabalhadores deficientes e reabilitados ou eventual prática discriminatória. Nesse viés, verifica-se que a empresa empreendeu esforços

a fim de cumprir a exigência legal, não obtendo êxito integral na sua empreitada por dificuldades alheias a sua vontade, não podendo ser penalizada pelo não atingimento completo do percentual previsto no art. 93 da Lei 8.213/1991. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (TST - ARR: 00015882420155090654, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 14/09/2022, 2ª Turma, Data de Publicação: 16/09/2022) (Grifamos)

Ademais, necessário destacar que o art. 93 da Lei nº 8.213/91, ao estabelecer a necessidade de preenchimento de cargos com pessoa com deficiência ou reabilitado pela Previdência Social, determinou de forma clara e precisa que a competência para fiscalização é do Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo aos demais entes da Administração Pública fiscalizarem as empresas e outros contratos para os quais não possuem competência, motivo pelo qual a Lei de Licitações, asseverou que deve ser feita fiscalização no âmbito do contrato a ser firmado com a Administração, e não sobre os demais contratos das licitantes.

Lei nº 8.213/1991

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.5%.

(...)

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.(Grifamos)

Lei nº 14.133/2021

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos

prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

Portanto, notória é a interpretação equivocada da Recorrente, que a bem verdade busca subterfúgios para benefício próprio, ignorando o dever de garantir a proposta mais vantajosa para a Administração, que diligenciou assiduamente durante o processo licitatório para garantir a efetiva contratação de proposta vantajosa e que atende todos os requisitos de habilitação do processo.

Consubstanciando o exposto, resta evidente que a Recorrida atendeu a todas as regras de habilitação previstas no instrumento convocatório e em lei, de modo a inexistir razões para sua inabilitação.

IV - DOS PEDIDOS

Por todo exposto, evitando-se quaisquer equívocos no âmbito do presente processo licitatório, requer a improcedência total dos pedidos constantes do recurso administrativo interposto pela empresa **EURO SERVICE LTDA**, com a consequente **manutenção da decisão que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 90.022/2024 a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – Filial Lages**, por tratar-se de medida justa e oportuna.

Nesses termos, pede deferimento.

Joinville, 22 de novembro de 2024.

Harriett C. de Mello
OAB/RS 86.052